

4

Educação Profissional: o que dizem os jovens oriundos do projovem urbano

No presente capítulo apresentaremos as percepções dos jovens entrevistados em nossa pesquisa. Conforme o exposto nos capítulos anteriores, o depoimento daqueles que são alvo das políticas públicas voltadas para a juventude, embasa a análise apresentada. Neste caso específico, referente à experiência destes com o ProJovem Urbano. Aqui se inclui também o que têm a dizer aqueles que sofrem na pele as transformações na educação e no mundo do trabalho.

Desta forma, estruturamos o capítulo da seguinte forma: primeiramente, no item 4.1, abordamos aspectos como a razão de ter procurado o Programa, a importância e o significado do ProJovem Urbano para suas vidas e trajetória profissional, bem como as dificuldades que enfrentaram em relação ao Programa. No item 4.2, trataremos especificamente das percepções dos jovens sobre a qualificação profissional proposta pelo Programa apresentando uma avaliação dos próprios jovens sobre este processo, considerando a trajetória profissional destes jovens antes e depois de sua participação no Programa, isto é as mudanças que perceberam na sua vida profissional após participação no ProJovem Urbano. Finalmente no terceiro item (4.3) deste capítulo discutiremos a questão da garantia dos direitos em relação à educação e ao trabalho.

Nossa reflexão, conforme anunciada anteriormente, foi realizada a partir dos autores citados nos capítulos como: Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, dentre outros.

4.1 Percepções sobre o ProJovem:

Como mencionado no capítulo 1 desta dissertação o ProJovem Urbano atende jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental. O seu objetivo é oferecer elevação da escolaridade (conclusão do ensino fundamental), qualificação profissional e participação em ações de cidadania. Como incentivo, o Programa oferece uma bolsa mensal, no valor de cem reais.

Buscamos entender como o que está posto nos documentos deste programa funciona em relação a este pequeno grupo entrevistado. Isto se justifica por compreendermos a importância, na pesquisa qualitativa, de ouvir os sujeitos que são alvo desta política. Além disso, o próprio Programa prevê em seu currículo integrado a participação cidadã, e mais do que uma disciplina esta deve ser uma ação principalmente no espaço onde o ProJovem Urbano se efetiva, proporcionando assim melhorias para os principais interessados e beneficiários do Programa.

Primeiramente questionamos o porquê dos jovens terem parado de estudar. E suas respostas foram:

Por causa da bebê (filha mais nova). (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

(...) Eu parei porque eu tava namorando e o namorado ficou com ciúmes da escola, (...) Trabalhava aí chegava tinha que agüentar a escola, aí o namorado reclamando, aí fui parando, parando. Aí engravidei, aí parei de vez, aí não fui mais. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Eu desanimava, era longe. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

Por causa do trabalho. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

(...) Terminei a 6ª (série) lá no Leão Veloso (escola municipal do bairro que atende alunos de ensino fundamental). Aí depois que eu terminei que eu tava grávida, que eu não pude estudar que eu tava grávida, eu procurei o ProJovem. (Tatiana, 23 anos, Costa Barros)

Porque eu fiquei grávida. (...). Ah, eu tinha vergonha. Também desanimei porque era muita coisa, o pessoal falava muita coisa. Aí eu peguei e parei. (Fernanda, 21 anos, Rocinha)

Dentre as questões citadas está a falta de interesse, o desânimo, a necessidade de trabalhar, a gravidez. Mancebo (2009), em uma pesquisa elaborada a partir do censo escolar 2000 e 2005 aponta 2 prováveis motivos para o abandono dos estudos, e que possui relação com o que é mencionado por nossos entrevistados:

(...) o primeiro está ligado à posição socioeconômica dos alunos, tornando-se necessário o abandono dos estudos para o ingresso no mercado de trabalho; o segundo, que também pode agir em conjunto com o primeiro, está possivelmente associado à baixa qualidade do ensino – seja ela sob o aspecto da infraestrutura e/ou da prática pedagógica -, o que implica desestímulo, por parte dos alunos para frequentar a escola. Outro fator que leva ao afastamento por abandono é a reprovação prévia destes alunos. O que podemos afirmar é que o quadro da educação no Brasil, a julgar pelas preocupantes taxas de reprovação e afastamento por abandono, se revela muito aquém de um padrão mínimo de qualidade. (p. 194)

Perceberemos nitidamente no decorrer deste capítulo a presença desta baixa qualidade no ProJovem. Ele reflete aquilo que está posto na área educacional como um todo.

Em relação aos jovens entrevistados, depois que pararam de estudar os jovens percebem o quanto o fato de não terem concluído seus estudos acaba lhes causando prejuízo. Como podemos perceber nos depoimentos a seguir:

Ah, eu parei por desinteresse. Não queria nada com o estudo. Depois com o tempo que eu comecei a trabalhar com serviço árduo, aí eu vi que quem saiu perdendo fui eu. Aí trabalhei carregando peso no Ceasa, igual burro de carga. Aí me arrependi, depois eu voltei a estudar novamente. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

Mas se eu pudesse, tudo que eu faria de novo, outra vez, era não deixar de estudar de jeito nenhum. Ter prosseguido, ter feito algum curso, alguma coisa. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

E isso incentivou estes jovens a procurar o ProJovem Urbano.

Assim, perguntamos a estes jovens porque procuraram o ProJovem Urbano. Todos os jovens relataram que o motivo da procura do Programa está relacionada a oportunidade de voltar e continuar seus estudos, conforme podemos perceber em alguns dos depoimentos a seguir:

Ai eu fui pra lá pra isso, pra tentar melhorar meu estudo, né? Pensar também, se eu souber mais eu posso ajudar meus filhos um pouco mais. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Pra mim terminar meus estudos, pra mim ter uma coisa assim interessante pro futuro. (Tatiana, 23 anos, Costa Barros)

Foi a oportunidade que eu vi de acabar o ensino fundamental, tentar fazer o ensino médio. E assim, prosseguir mesmo. (Mariana, 25 anos, Costa Barros)

O ProJovem, eu procurei por motivo de estudo mesmo. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Eu procurei o ProJovem porque eu já vinha tentando estudar. Eu já vinha tentando terminar os meus estudos. Ai eu tentei pelo Telecurso 2000 que nem sei se existe ainda, mas na época tinha muito Telecurso 2000. Ai... eu tentei só que não deu muito certo não. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Porque foi uma oportunidade pra eu estudar. Tava trabalhando, ai sempre começava o supletivo ai parava. Ai uns 4 amigos foram pro ProJovem ai me chamaram. Ai eu fui entrei e consegui terminar. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

Bom, eu queria mesmo era poder completar meus estudos, né? Completar aqui, depois ia pra escola pública concluir na escola, (...) (Fernanda, 21 anos, Rocinha)

Ah, eu fui lá pra aprender mais, pra poder conseguir alguma coisa. Porque eu estudei muito, mas não acrescentava em nada. (Fabiana, 26 anos, Rocinha)

Foi a maneira mais rápida e curta de me reintegrar a sociedade, né? E de tá com meus deveres acadêmicos em dia. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

Neste último depoimento é interessante destacar o seguinte trecho da entrevista “foi a maneira mais rápida de me reintegrar a sociedade”. Com isso podemos pensar que o fato de não ter concluído os seus estudos faz com que este jovem não se perceba integrado na sociedade. Podemos concluir que esta situação se deve a questão de que sem os estudos não terão a oportunidade de se inserir em um trabalho digno que possa lhe garantir uma verdadeira integração. E a pressão sobre a questão da integração é ainda mais forte nos dias de hoje. Visto que, vivemos uma sociedade de consumo e este possui relação direta com a questão da cidadania. É o que nos apresenta Dagnino (2004) no texto “*Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?*”, em que trata da *confluência perversa* presente na sociedade, a partir da adoção das políticas de cunho neoliberal que acaba por provocar um deslocamento de significados. E dentre estes deslocamentos se encontra o do termo cidadania.

As redefinições neoliberais de cidadania repousam sobre um conjunto de procedimentos. Alguns ressuscitam a concepção liberal tradicional de cidadania, outros são inovadores e contemplam elementos novos das configurações sociais e políticas da contemporaneidade. Em primeiro lugar, de novo, eles reduzem o significado coletivo da redefinição de cidadania anteriormente empreendida pelos movimentos sociais a um entendimento estritamente individualista dessa noção. Segundo, se estabelece uma sedutora conexão entre cidadania e mercado. Tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor. Esse parece ser o princípio subjacente a um enorme número de programas para ajudar as pessoas a “adquirir cidadania”, isto é, aprender como iniciar microempresas, tornar-se qualificado para os poucos empregos ainda disponíveis, etc. Num contexto onde o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania. (p. 106)

Também na entrevista de Thiago percebemos que este relaciona a educação com “*deveres acadêmicos*”. Ai o que fica é a palavra deveres. A educação muitas vezes pode não ser entendida como um direito. Contribui para isto a presença das noções de competência e empregabilidade que ocasiona uma responsabilização do indivíduo pela sua condição, nesse caso de não escolarização. Seria uma versão atualizada da teoria do capital humano. De acordo com Frigotto (1984) esta teoria enrijece a perspectiva meritocrática em relação ao processo escolar. O que ela faz é justificar as desigualdades de classe, a partir de aspectos individuais. Desta forma, a educação é assim percebida como um bem econômico “*cujo custo media-se pelo investimento necessário para atingir benefícios econômicos.*” (Ciavatta, 2009, p. 27)

À medida que a escola adquire a finalidade de preparar para as exigências da produção capitalista, manifesta, também, as exigências da ordem social desenvolvida nos processos de trabalho, como disciplina, exatidão, submissão física, técnica e moral, cumprimento estrito dos deveres, pontualidade, contenção corporal e afetiva. Ela assume os deveres impostos pela produção, por meio dos mecanismos do Estado, e relega a segundo plano, sob variegados artifícios ideológicos, o direito à educação que fundamenta as demandas da sociedade civil. (Ciavatta, 2009, p. 212 e 213)

Porém, passados os anos, o balanço que se tem após a teoria do capital humano, é que esta não contribuiu na promoção da igualdade entre as nações e entre os grupos sociais e indivíduos (Frigotto, 2008). Pelo contrário, o que presenciamos é um processo de desigualdades. Os jovens entrevistados nesta pesquisa possuem uma trajetória de vida marcada por esta desigualdade expressa, nesse caso, pela precariedade na educação e no trabalho.

Thiago também destaca uma mudança positiva que ocorreu após sua participação no ProJovem Urbano, quando pode estar em dia com seus deveres acadêmicos. Vejamos:

Devido ao que eu aprendi lá, trouxe muitos benefícios pra mim, pô. Depois que eu peguei o histórico lá e terminei o 2º grau muitas portas de emprego se abriram pra mim. Fizeram até com que eu me animasse a estudar mais. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

Os outros jovens entrevistados também destacam alguns pontos positivos em relação ao Programa. Dentre eles: a relação com os professores que se constituíam verdadeiros incentivadores, o PLA (Plano de Ação Comunitária)⁴⁷, a possibilidade de terem conhecido novas pessoas e as atividades culturais realizadas no Programa. Como podemos ver a seguir:

Ah, professores dedicados, assíduos. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

Os professores, isso aí, poxa. Nossa! Excelentes, excelentes. (...) Ai professores assim: “Mariana você tem que ir.” Me incentivava sabe. “Não você tem que ir, você é inteligente, você pode.” (...) (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Eu consegui acompanhar porque quando tava faltando 4 meses pro ProJovem acabar, os professores passaram a dar algumas coisas que não estava no programa. Já direcionada a essa entrada da gente no ensino médio. Porque eles mesmos falavam, se for só isso daqui que tá aqui, vocês não vão conseguir chegar lá e evoluir não, vocês vão ficar estacionados. Ai eles, fora do programa fizeram algumas apostilas pra gente trabalhar em cima daquilo também. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

O que eu mais gostei lá foi à relação de alunos e professores. Não era só profissional, todo mundo era amigo, todo mundo conversava. Não tinha aquilo: Professor, aluno. Não tinha aquela separação. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

Muitas coisas, os professores atenciosos, o coordenador que entrou ele era muito atencioso. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Eu aprendi muita coisa. Tinha professores que eram bons, eram legais, Ai depois saiu. Eu ficava até triste. (Fabiana, 26 anos, Rocinha)

Tinha um projeto, o PLA (Plano de Ação Comunitária). Ai ela, quem fazia era uma assistente social. Ai ela ensinava pra gente também coisas que eu aprendi lá também é... Tipo assim, coisas, prevenção de doenças é, sobre a violência. Coisas

⁴⁷ O Plano de Ação Comunitária compõe a dimensão Participação Cidadã do ProJovem Urbano, juntamente com a atividade de reflexões sobre conceitos básicos para a Participação Cidadã. Esta dimensão tem como objetivo afirmar aprendizagens sobre direitos sociais, além de desenvolver uma ação comunitária e formação de valores comunitários.

assim, assuntos, né, assuntos gerais. Assuntos que a gente perguntava, que a gente não tinha lugar. Agora não, agora a internet tá mais acessível, né? Mas 3 anos atrás eu não era tão ligada assim. A internet, isso também era importante. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Foi uma experiência única. Se tivesse um novo ProJovem pra inserir o aluno no ensino médio eu teria feito. Não estaria fazendo supletivo. Mas como eu não achei resposta. Pode até ser que esteja tendo e eu não tomei conhecimento disso. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

Ai começamos a conhecer pessoas diferentes, jovens também como a gente. Foi muito, como eu posso dizer? Foi... momentos muito bons. Conhecemos o Teatro Municipal, tudinho lá dentro. Fizemos até um jornalzinho, com as fotos. Foi muito legal. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

O fato de receberem a bolsa auxílio, também é um ponto positivo, pois esta colaborou com os gastos com suas famílias e também para gastos pessoais, indicando ser a mesma uma fonte complementar de renda.

Era cansativo, mas eu ia andando e o dinheiro (da bolsa) eu usava pra ajudar, a pagar alguma conta. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Ah, eu usava (a bolsa) pra fins pessoais, ou então pra material da escola que tivesse necessidade. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

Usava (a bolsa) em casa. Quando ia sair, pra alguma coisa. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

(...) Ah, as vezes comprava roupa, as vezes comprava roupa para os meus filhos. Comprava as coisas pra eles. (Fernanda, 21 anos, Rocinha)

Ah, eu usava pra comprar coisa pra mim, pra comprar alguma coisa lá pra casa. (Fabiana, 26 anos, Rocinha)

Porém os jovens entrevistados também relatam algumas dificuldades que tiveram no decorrer do Programa. Em seus depoimentos as dificuldades que surgem dizem respeito: ao não recebimento do diploma, a ausência de aulas de informática, atraso na bolsa e falta de professores.

Sobre o fato de não receberem o diploma relatam inclusive que telefonaram diversas vezes para saber quando o receberiam, e eram informados que o certificado estava quase pronto e que ligassem depois para saber o dia de buscá-lo. Ou também, que estavam organizando uma festa (formatura) para a entrega dos mesmos, mas este dia nunca chegava. Vejamos o que diz alguns entrevistados sobre o assunto:

Eles só deram o histórico. O certificado de conclusão do ProJovem, que eles chamam de diploma e da qualificação profissional que eu preciso, pra eu provar que eu tenho a qualificação, eu não tenho. Eles não deram. Eles dizem que vão dar. Eu vivo ligando pra lá, eles falam que vão dar, que já tá pronto. Só que eles nunca... Eu deixo meu número lá pra eles ligar, eles não ligam. Eu ligo eles dizem que não tá pronto e quando tiver pronto... Que já tá pronto, que eles querem organizar um evento pra entregar. Eu não preciso de um evento eu preciso do meu certificado pra provar que eu tenho pra poder trabalhar na área que eu fiz, né? (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Não, não tem previsão, é uma perturbação, você tem que tá ligando. Você não sabe pra onde tem que ligar, nem com quem falar. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

(...) O diploma não peguei até hoje. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

Eu não tenho comprovante nenhum. Não deram nada, não recebi nada. Nem ligaram pra minha casa pra saber por qual motivo que eu parei, pouco importava pra eles. Porque muitos pessoais ia mais só por causa da bolsa. Eu não ia por causa da bolsa, eu queria um objetivo na minha vida que é terminar meus estudos. Porque eu vi que o ProJovem era bem puxado, era uma coisa melhor que eu dentro de uma escola, uma escola municipal e estadual. Ai eu tentei fazer isso, mas eles praticamente acho que fizeram a gente como um gato e sapato. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Nós não recebemos o nosso certificado. Então como é que eu vou falar que eu tenho uma coisa, se eu não posso provar que eu tenho. Eu tenho que provar que eu tenho. Se eu não puder provar não adianta. Eu tenho, eu aprendi, mas eu preciso do meu certificado. E o ProJovem até hoje não entregou o de ninguém do meu grupo. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Com isso, alguns jovens desistem do documento. E isto acarreta dificuldades para que os mesmos ingressem no ensino médio. Além disso, também não tinham a possibilidade de comprovar que se qualificaram em determinado arco de qualificação.

A dificuldade de ingressar no ensino médio também está expressa no fato da falta de credibilidade do Programa em relação às escolas que os jovens tentam ingressar, como podemos notar no depoimento de uma das entrevistadas em nossa pesquisa.

É. Tinha gente que falava pra mim: porque você tá fazendo o ProJovem? Se você quiser fazer o 2º grau você não vai fazer, não vão aceitar. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Diante da resposta, procuramos saber a que pessoas ela se referia e a resposta foi:

(...) Pessoas que tavam fazendo o ProJovem e saíram porque ouviram dizer que não ia aceitar o nosso histórico, que não era válido nas outras escolas. Que não era uma coisa é... Se tá vindo do governo tem que valer alguma coisa, né? (...) Quando eu fui tentar me inscrever no Vinícius de Moraes (escola de ensino médio do bairro), eles não quiseram mesmo aceitar meu histórico não. Tiveram que ligar pra não sei quem, uma pessoa pra saber se era válido. Eu fui a primeira estudante a entrar do ProJovem no 2º grau ali, na escola que eu estudei. Foi difícil pra caramba pra conseguir. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Dentre outras questões apresentadas como dificuldades, é perceptível que não há uma atenção no que concerne as diferenças de aprendizado de cada aluno. Vejamos no depoimento a seguir:

Foi mais importante? Acho que... Os professores davam aula direitinho acontece que o tempo que era curto pra você aprender as coisas. Não posso dizer que eles que não ensinaram. Eles ensinaram muito bem, mas o tempo era muito curto pra você aprender. Cada 3 meses você tinha que aprende aquilo tudo correndo. Era tipo um supletivo. Então é matéria assim jogada pra você. Pegou, pegou, não pegou não posso fazer nada, tem que dar outra matéria. Então eu não peguei muita coisa. Eu sou meia lenta pra pegar as coisas. Então quando eu tava pegando já era outra matéria aí eu não peguei muita coisa. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Esta é uma questão que deveria ser prevista pelo Programa, afinal ele recebe jovens de variadas séries e variadas realidades, tanto escolares como de vida. No entanto, isto não se efetiva no Programa, como também outras questões que geram dificuldades para os entrevistados. Vejamos abaixo:

Eu fiz no Vinícius de Moraes (escola estadual do bairro que atende alunos de ensino médio). Foi a única escola que me aceitou, com o negócio (histórico) do ProJovem. Ainda tem isso ainda. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Ai mudou de núcleo, mudou de núcleo. Ai o pessoal que pegou esse núcleo eu tive que ir lá em Santa Cruz pra resolver, pra eles me dar um documento, me cadastrar que não tinha meu cadastro lá. Eu não existia nesse núcleo. Eu existia num núcleo que não tinha nada haver, que nem eles sabiam me informar da onde era esse núcleo. Era CT77. Minhas provas vinha, eu não tinha prova pra mim fazer, porque sempre dava esse problema. Ai eles constataram lá ai eles me incluíram como se eu tivesse começado em março. E a professora já tinha me falado: “Adriana é, a gente nem sabe o que fazer com você.” (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Mas eu fiquei triste por esse motivo dos professores saírem, a gente já tava acostumado com os professores. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Ah, eu não recebia nada aí no outro ano eu comecei a receber. Ai teve umas falhas, disseram que eu recebia e eu tava no hospital, não recebi coisa nenhuma. Teimaram que eu recebi aí eu não posso discutir, né, fazer o que. Ai ficou faltando 2 bolsas que não me pagaram, aí reclamei, reclamei, reclamei, não adiantou nada.

Ai larguei pra lá. Reclamei, reclamei, reclamei, vou fazer o que? Não posso ir lá e bater em alguém, agredir alguém que ai eu ainda vou presa. Ai deixei pra lá. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Quase no final do ProJovem nós alunos estávamos nos reunindo nos finais de semana junto com os professores pra ir procurar alunos pra entrar pro ProJovem que ia abrir, que abriu depois, o G4. A gente tava ajudando, fazendo inscrição, porque ninguém queria fazer ProJovem. Não acreditavam, achavam que era furada. Ai nós mesmos alunos vestidos fomos mostrar pra eles que não eram, né? Íamos convidar eles pra participar. (...) Olha quando começou tinha 5 turmas, cada turma com 30 alunos, 30, 40 alunos. Eu era... Isso. Ai quando terminou só tinha 1 turma que era todas as turmas juntas numa sala só. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

No depoimento de Juliana fica visível outra dificuldade presente no ProJovem Urbano, como é o caso da evasão. Esta pode ter como motivo a falta de interesse dos jovens, como também da precariedade a que são expostos os alunos, expressos nas dificuldades relatadas nos depoimentos: falta de documentação, organização precária, descontinuidade da bolsa auxílio e grande rotatividade de professores. A esta rotatividade, uma das entrevistadas acrescenta que também havia muitas ausências / falta de professores: “(...) os que vieram faltavam mais do que davam aula.” (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Em relação às aulas de informática, identificamos, a partir do relato dos jovens, uma grande deficiência no Programa, uma vez que na proposta, as aulas de informática estão previstas em todas as unidades formativas que compõem o currículo do ProJovem Urbano, mas acabam não se realizando, por falta de estrutura e por falta de organização da coordenação do núcleo.

No caso a gente teria que ter informática, mas não teve. Burocracia da diretora não emprestar o computador, coisa assim, não teve. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Tava me interessando porque eles diziam que ia colocar aula de informática, já tinha chegado o computador, só que eu não tive acesso também. Muita coisa lá que eu queria fazer e fiquei sem acesso. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

(...) falaram que ia ter mas não teve foi a parte, da informática. A gente não teve acesso à informática, a gente não teve. Porque a escola que tinha suporte não queria aceitar a gente e depois não queria que a gente mexesse nos aparelhos, coisa de burocracia mesmo. Acabou que nós não tivemos acesso. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Uma das entrevistadas informou que não teve informática “nem em 2006, nem em 2008”, e explicou que o motivo foi: “porque ninguém foi lá botar a internet e nem botar os computadores lá.” (Tatiana, 23 anos, Costa Barros)

Apesar das dificuldades que os jovens apontam, quando perguntados qual o significado do ProJovem Urbano para eles respondem que:

Acho que foi a minha evolução, né? Foi... significou, foi o estopim pra eu continuar, porque dali eu fui fazer o 2º grau, né? (...) terminei o 2º grau e agora eu pretendo fazer faculdade. Se Deus quiser, né? Então foi o começo de tudo, foi o pontapé que eu precisava, pra eu seguir em frente, pra eu melhorar. Acho que foi isso. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Foi a oportunidade de concluir o ensino fundamental e tentar prosseguir. (...) Esse é o meu foco principal, eu acho que isso que o ProJovem trouxe pra mim né? Reacendeu a chama do estudo (...). (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

O ProJovem foi a oportunidade que eu precisava. Pra concluir meu ensino fundamental. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

(...) Eu acho que mais melhorou assim foi a estima da gente, né? Porque eu já tinha desanimado, ai fui melhorando tudo. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Foi tudo, porque eu aprendi muitas coisas. Aprendi uma profissão que hoje ainda não recebi o certificado que é do Esporte e Lazer. (...) De ter conhecido mais amigos. Os próprios professores. (Tatiana, 23 anos, Costa Barros)

Pra mim foi bom, foi muito importante enquanto durou né? Eu queria que durasse muito mais. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Ah, foi um período bom, gratificante. Tive muitos aprendizados, entendeu? Fiz bastantes amizades. Pra mim foi bom, não tenho o que reclamar do ProJovem. (Fernanda, 21 anos, Rocinha)

Depois do ProJovem. Que eu pude colocar no meu currículo que eu já tinha completado, feito, vamos supor, o 1º grau, o ensino médio, o começo do ensino médio. Mesmo que eu colocasse cursando no meu currículo já me aceitavam (para trabalhar). Se você colocar que você tá no ensino fundamental nenhuma loja te aceita, nenhuma loja te aceita, entendeu? Esse também foi um aspecto muito bom. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Acho que pra mim. Melhorou muito pra mim assim questão meu pessoal, eu. Porque eu fiquei mais animada em sair de casa a noite. Era por exemplo, fazendo amizade, conversando coisas diferentes. Professores lá conversavam com a gente. As vezes a gente chegava estressada, acalmava a gente. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

O ProJovem foi a oportunidade que eu precisava. Pra concluir meu ensino fundamental. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

Foi bom. Eu aprendi um pouco. (Fabiana, 26 anos, Rocinha)

O Programa embora com muitas deficiências parece significar um espaço de convivência com novas pessoas e a oportunidade de fazer novos amigos. Pelo perfil dos entrevistados todos se encontravam sem perspectiva e foram buscar no ProJovem Urbano, sem sucesso, novos caminhos e o despertar para outras alternativas profissionais.

Ao lado disso, a conclusão do ensino fundamental aparece, de forma recorrente, além de outros aspectos considerados positivos, como a melhora da auto-estima e a possibilidade de novas amizades. O Programa significa, portanto, um incentivo para o jovem continuar estudando.

Como podemos perceber o ProJovem Urbano se mostra um diferencial na vida dos jovens, mas ainda percebemos que a forma como este é executado deixa muito a desejar. Existem problemas como: falta de professores, atraso nas bolsas auxílio, e o não recebimento do certificado de conclusão, além da falta de um conteúdo sistematizado que garanta um bom aprendizado.

As políticas para a juventude, como também todas as outras, não devem apenas ser bem escritas, mas principalmente bem executadas. Devem-se levar em conta que aqueles que a demandam são seres humanos que possuem um histórico de privações e que estão buscando uma oportunidade de terem e proporcionarem a suas famílias uma vida digna.

Na sociedade contemporânea, a escolaridade cumpre um papel não apenas de formação, mas de construção das identidades sociais. Além disso, cumpre a função de delimitar marcos simbólicos nas fases de transição e transformação do jovem. Quando parte desta história é suprimida das trajetórias dos indivíduos, a possibilidade de mobilidade dos níveis educacionais entre as gerações, dentro de uma família, é pequena. (Soares, Rizzini e Bush, 2010, p. 76).

E o caminho que procuram trilhar supõe o acesso a uma educação que dê bases para um acesso qualificado ao mercado de trabalho.

4.2 **Percepções sobre a qualificação profissional**

Nesta seção destacamos os relatos dos jovens sobre a sua experiência em relação à qualificação profissional oferecida no ProJovem Urbano. Assim, dividiremos este item em duas partes: a primeira diz respeito aos relatos em relação à qualificação profissional no Programa (como ela se realizou, se atendeu as expectativas dos jovens e como acham que deveria ter sido); na segunda parte abordaremos aspectos relativos a vida profissional destes jovens (como era antes e depois da participação no Programa, e as mudanças na vida profissional percebidas pelos jovens).

No decorrer da pesquisa podemos perceber o quanto a qualificação profissional no ProJovem Urbano se apresenta frágil.

A proposta exposta nos manuais e materiais didáticos é bastante rica, que se aplicada poderia possibilitar uma boa qualificação profissional. No entanto, o que percebemos quando vamos para o campo de pesquisa e ouvimos os jovens que cursaram este Programa, constatamos o quanto esta proposta não atende às expectativas dos jovens entrevistados. A verdade é que ela não se efetiva na prática. É isso que perceberemos no desenvolver deste item.

4.2.1 **A qualificação profissional**

A qualificação profissional no ProJovem Urbano, supostamente, se desenvolve a partir da divisão em Arcos ocupacionais. Nos núcleos da cidade do Rio de Janeiro, são trabalhados 4 Arcos: Arte e Cultura, Construção e Reparos, Turismo e Hospitalidade e Esporte e Lazer⁴⁸. Sua carga horária total é de 830 horas.

⁴⁸ Este encontra-se suspenso no momento para a revisão do material didático.

A concepção de qualificação profissional no ProJovem Urbano objetiva uma aproximação do jovem com o mundo do trabalho. Assim, compreende três aspectos: a Formação Técnica Geral (FTG)⁴⁹, os Arcos de Ocupações e Projeto de Orientação Profissional (POP)⁵⁰.

Inicialmente perguntamos aos jovens se a qualificação profissional foi um fator que chamou atenção quando ouviu falar do ProJovem Urbano. E suas respostas foram:

Ah, eu fui mais pelo ensino mesmo. Até porque a qualificação só começou bem depois. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Até me chamou atenção, mas eu escolhi uma coisa que pra mim, fazer uma coisa fácil. Trabalhar fácil ou trabalhar pouco, esporte e lazer. (Tatiana, 23 anos, Costa Barros)

Quando eu ouvi falar (do ProJovem) eu não sabia que ia ter qualificação. Mas depois chamou atenção porque terminar o 1º grau e fazer uma profissão seria bom. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Eu soube do ProJovem pela minha prima e pelo meu irmão que fez, mas ele não terminou. Eu soube da qualificação pelos livros dele, ai me interessou. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

O que podemos perceber a partir dos relatos é que o principal interesse dos jovens está em terminar o ensino fundamental de forma rápida e a qualificação profissional para eles não fazia tanta diferença. Também notamos uma fragilidade em relação à divulgação da qualificação profissional, pois alguns jovens ingressaram no Programa sem saber que esta será oferecida.

A partir disso, seguimos perguntando como foi para estes jovens a qualificação profissional no ProJovem Urbano.

(...) Só que era tudo na teoria, não na prática, na prática nunca teve. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

⁴⁹ A FTG diz respeito ao conjunto de saberes técnicos que são necessários a qualquer atividade profissional, além de abordar questões como: legislação trabalhista, organização da produção, funcionamento do mercado de trabalho e controle dos processos produtivos.

⁵⁰ O POP representa a sistematização do processo de qualificação profissional “de aquisição de conhecimento sobre a dimensão do trabalho e de autopercepção das capacidades e qualificações para o trabalho.” (BERTHOLINI, 2007, p. 32)

Na verdade assim teve, só que não teve estrutura. Era sobre recreadores de crianças. Nossa, a gente não viu quase nada. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Era mais na sala mesmo, mais plantas, cálculos de material, de tijolo. E teve se não me engano 3 aulas práticas. Mas na Faetec, eu não pude ir porque era horário de trabalho. Foi a tarde. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

Optei pelo arco do Turismo, mas acabei não fazendo nada. Ai depois eu queria trocar né, porque não tava tendo aula do Turismo, eu queria fazer construção civil(...) Ai eu queria fazer, mas só que eles falaram que não podia fazer. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Era só o curso na teoria mesmo. E ela (professora) era de esporte também. Ai ela ensinava pra gente, a gente mesmo fazia entre a gente. A única organização de festa que a gente fez, foi a nossa despedida lá, entre a gente mesmo. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Não... eles. A moça que dava qualificação profissional pra gente, ela tava incentivando a gente a, ou trabalhar com negócio de Buffet, montar o próprio Buffet, trabalhar... Até mesmo na época eles estavam falando muito do PAN (Jogos Pan Americanos que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro em 2007), que agora já passou né? A trabalhar no Pan. A qualificação eu creio que era pra isso. A do esporte e lazer era pra trabalhar virado pra esse sentido do Pan, que ia ter, que eles já tavam comentando, né? (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Foi o construção civil, pô. Não cheguei a fazer, porque não tinha tempo de comparecer. Tinha um lugar determinado onde tinha que ir e eu não tinha tempo. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

Fizemos passeio, Ilha Fiscal, Sítio Burtle Marx. (...) Pra saber como funciona. Como trabalha um monitor de turismo. Saber o momento de falar, de fotografar. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

O que eu aprendi? Ué tipo assim, quando eu for pro mercado de trabalho é assim é saber lidar com as pessoas, saber como chegar no trabalho, saber como... Se for fazer uma entrevista saber como que eu vou falar, saber usar as palavras pra poder saber conversar com as pessoas, saber preencher um currículo que for pra preencher, entendeu? Tudo isso. (Fernanda, 21 anos, Rocinha)

Percebemos que para os jovens entrevistados citam, na maioria dos casos, como qualificação profissional foram mencionadas as aulas do arco de qualificação e não o processo como um todo. É interessante observar também nos fragmentos acima, que com exceção de Tatiana que valorizou a qualificação recebida, os demais relatos ilustram uma qualificação profissional que só se realiza na teoria, não havendo a dimensão prática. Ou quando esta ocorre é de forma precária e inconsistente, pois mesmo estando previsto dentro da carga horária do curso a realização de atividades práticas relacionadas ao campo da

qualificação profissional, estas não aparecem nos depoimentos dos jovens entrevistados ou são realizadas de forma bastante reduzida.

Tatiana (23 anos, moradora de Costa Barros) foi a única entrevistada que nos relatou a qualificação profissional de maneira positiva em todos os sentidos. Para ela: “*Não, não ficou faltando nada, eu gostei, foi legal.*” E o motivo para isto é: “*A gente jogava vôlei, nadava. (...) A gente fazia era jogo, a gente jogava vários tipos de jogo. Ai eles falavam a regra desse jogo pra gente.*”

Diante das respostas apresentadas pelos jovens perguntamos como os jovens achavam que deveria ter sido.

Mas ai tem qualificação, tem, aprendi, mas não souberam fazer direitinho. Que planejamento, planejamento, né? Se não tiver planejamento, assim tudo direitinho, pra que vai servir, atividades, o que vai ser depois, no que eles vão usar aquilo. Que é bom sim fazer alguma coisa, mas depois a gente poder ser usado. Só aprender, aprender pra que? Quando vou precisar? Quando vai ser? É bom assim, você ensinar, qualificar e usar. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Eu acho que deveria ter um professor específico pra dar aulas direitinho. Apesar de não ter tido tempo eu acho que eu aprendi bastante mesmo, pra mim foi muito bom. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Que tivesse mais orientação pra gente, desse aula direitinho. A linguagem como a gente deve se apresentar no emprego, como se apresentar como guia de turismo. Eu queria que fosse diferente, mas não foi nada do que eu queria. Falavam que Turismo seria bom por causa da Copa, pra arrumar trabalho temporário, mas não teve aula. Antes eu tivesse feito construção civil que ai eu ia fazendo as coisas na minha casa. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Eu acho que eles tava dando pra gente a profissão de recreadora e organizadora de evento, eu acho que deveria ter tido mais aula prática. Quando teve as festas do ProJovem deveria ter chamado a gente. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Um mecanismo utilizado pelo Programa é o Projeto de Orientação Profissional (POP). Este objetiva que o aluno tenha ao final do curso um conjunto de informações sobre a sua trajetória escolar e profissional, para estruturar um plano de continuidade de estudos e de formação profissional. Nele existem fichas de registros individuais que serão desenvolvidas ao longo do curso, contendo um conjunto de reflexões, pesquisas e experiências de trabalho e escolhas pessoais. Porém para os jovens o POP:

Não sei explicar agora. Eu acho que foi mais pra recordar o que passou, o que teve de vantagem e desvantagem. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Ah ajudou sim. O ProJovem em geral ajudou sim, eu que não consegui, eu que não dei valor. É pode-se dizer assim. Não cheguei a concluir nada dos estudos. Mas aí abandonei a escola. (Fernanda, 21 anos, Rocinha)

A esse POP... Aí eu preenchi, aí eles me ensinaram mesmo algumas coisas também. O próprio serviço social me ajudou também. Que é a assistente social que dá orientação sobre o POP. (Tatiana, 23 anos, Costa Barros)

Diante da resposta de Tatiana, perguntamos em que ela achava que o POP contribuiu e sua resposta foi: “A preencher o currículo.”

Em relação ao POP notamos que a opinião dos jovens se apresenta muito vaga, mostrando pouca importância dada pelos entrevistados.

Finalmente questionamos os jovens se utilizavam aquilo que aprenderam no ProJovem Urbano.

Eu uso lá na igreja com as crianças, as atividades que eu aprendi, as dinâmicas de, coisas que você aprende, né? Na vida você aprende, você guarda pra você passar pra outra pessoa, coisa boa, né? (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Não, uso lá na escola (onde faz estágio) com as crianças a parte de cuidar das crianças, né? Uso aqui na igreja, recreação, então na igreja. E na escola, mas muito pouco também. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

No meu trabalho não. Já usei já numa ajuda mesmo. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

Dos 9 entrevistados apenas os 3 citados acima relatam terem utilizado aquilo que aprenderam no Programa e a maioria destes não foi em suas atividades de trabalho.

Isso nos faz destacar outra questão: nenhum dos jovens entrevistados se inseriram em atividades para as quais se inscreveram no ProJovem Urbano, nem mesmo buscaram aprofundar aquilo que cursaram na qualificação profissional, fazendo outros cursos na mesma área. Isto pode ser devido a vários motivos, mas o que fica evidente é que em relação à qualificação profissional no ProJovem Urbano, esta dimensão do Programa, não possibilita mudança na vida profissional destes jovens⁵¹.

Assim podemos dizer que não atende as expectativas dos jovens.

⁵¹ Abordaremos esse assunto no próximo item deste capítulo.

Não. Na verdade eu tento arrumar emprego, eu queria arrumar emprego numa creche, porque lá eu vou poder usar um pouco das brincadeiras, das coisas que eu aprendi no ProJovem, que é direcionado pra criança eu poderia usar o que eu aprendi lá. Ai eu falo que eu tenho qualificação pra trabalhar nessa área, só que eu preciso provar que eu tenho qualificação. O ProJovem não deu nosso certificado até hoje. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Na verdade não porque a gente só teve aula na teoria, não teve prática. Acho que porque ainda tava no começo. A gente ia na Vila Olímpica de Deodoro, mas chegava lá não tinha criança, não tinha evento pra gente praticar. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Foi tudo uma porcaria. Começou com um professor, ai veio outro, veio outro. No finalzinho teve um professor de turismo que ficou explicando hotelaria, mas já tava no final. Ele propôs ficar mais. Mas como a gente ia estudar lá e em outra escola. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

É importante salientar que no Programa, a qualificação profissional possui uma denominação de iniciação profissional. Mas mesmo assim deixa muito a desejar visto que, como relata os entrevistados, eles ficaram sem ter aulas e também não tiveram oportunidade de realizar as visitas técnicas, ou seja, não realizaram atividades práticas, que seria uma oportunidade de vivenciar aquilo que aprenderam em sala de aula. E mais que isso motivar o jovem para que este busque formas de continuar a sua qualificação. Ou seja, a proposta do Programa não se realiza na prática.

Isto pode ser uma consequência de como foi formatada e executada a formação profissional em nosso país. De acordo com Ciavatta (2009):

A formação profissional iniciou-se a partir das ideologias desenvolvimentistas, do trabalhador empregado e do fetiche do mercado de trabalho. As crises econômicas dos anos 1970 em diante acarretaram o problema do desemprego e do subemprego, da terceirização, dos vínculos precários, da chamada flexibilização do trabalho que, no campo das políticas sociais, representa a desregulamentação das relações de trabalho. A tendência das instituições foi incorporar as novas gerações de jovens desempregados em um novo tipo de formação, incluindo alfabetização e educação primária, mão de obra para pequenas empresas e para o mercado informal, artesanal etc. (p. 27)

Também é possível dizer que o Programa cria uma expectativa que não é atendida. E isto atinge de forma negativa a vida dos jovens que buscam por ele. Esta questão relaciona-se com aquilo que nos escreve Gaudêncio Frigotto na apresentação do livro *“Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século”* (2008):

(...) Hoje a educação formal e a qualificação são situadas como elementos da competitividade, reestruturação produtiva e da “empregabilidade”. Neste deslocamento aparentemente inocente esconde-se uma metamorfose na sociabilidade capitalista e no campo do conteúdo do educativo. O fundo público garante apenas um patamar mínimo de escolaridade ou de subsídios aos mais pobres. A educação e a qualificação transitam, assim, da política pública para a assistência ou, como a situa o Banco Mundial, uma estratégia de alívio da pobreza (Leher, 1998). (p. 15)

Essa situação nos faz pensar como se encontra o reconhecimento da cidadania deste grupo social. Continuamos a reproduzir a dita cidadania passiva – *“aquela que é outorgada pelo Estado, com a idéia moral de tutela e favor”* (Benevides, 1998, p. 150) – ou vislumbramos a tomada de posição a favor de uma cidadania ativa – *“aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir espaços de participação e possibilitar a emergência de novos sujeitos políticos.”* (Benevides, 1998, p. 150). É um ponto importante para refletir sobre a implementação não só de programas de educação profissional como o ProJovem Urbano, como também em relação a implementação das políticas públicas em nosso país.

4.2.2 Vida profissional dos jovens entrevistados

Ainda discutindo o processo de educação profissional dos jovens, objetivamos neste item abordar a trajetória profissional dos mesmos, procurando compreender as mudanças que ocorreram.

Antes de cursar o Programa a maioria os jovens relatam ter trabalhado em atividades informais.

Antes de eu entrar no ProJovem eu trabalhei numa pensão ali em Barros Filho (bairro vizinho). Não era de carteira assinada não. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Trabalhava fazendo bico. Trabalhava com a minha mãe. Trabalhei durante 8 anos com ela na Tosa. Depois eu trabalhei, fiz o curso de cabeleireiro, trabalhei durante um tempo. Ai não me identifiquei muito com a profissão. Fiz o curso de mecânico. Ai trabalhei também como mecânico. Só que também não gostei muito.

Ai fui vender bala no trem pra arrumar um dinheiro, pra sair no final de semana. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

Trabalhava na loja, mas não era registrada. Trabalhei aqui na comunidade também, numa loja que tinha aqui. (...) E eu também ajudava uma moça (...) professora mesmo. E ela alfabetizava as crianças e eu ajudava a alfabetizar. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

(...) trabalhava num bar. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

Ah, já trabalhei de doméstica, já trabalhei tomando conta de uma idosa, já trabalhei tomando conta de criança, fora e em casa também. De acompanhante assim de levar a pessoa pro hospital pra terapia. Já trabalhei como ajudante de cozinha, já trabalhei na cozinha da creche. Que mais? Foram tantas coisas.(...) No último trabalho agora eu trabalhei num Pet Shop domiciliar. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Dos jovens entrevistados, 2 relataram terem trabalhado em atividades formais antes de cursar o ProJovem Urbano

Trabalhei em firma como serviços gerais. (Fabiana, 26 anos, Rocinha)

(...) Era auxiliar de serviços gerais. O último emprego foi auxiliar de serviços gerais. De carteira assinada, antes do ProJovem. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Porém Adriana também nos relatou que já trabalhou em atividades informais antes da participação no ProJovem Urbano: “*Eu vendia Avon, Natura, Hermes, Fuller. (...) Eu fui promotora da Fuller e trabalhei em padaria, em mercado.*”

E depois de cursar o ProJovem:

É eu trabalhei no Supermercado Mundial e lá assinaram a minha carteira, na padaria. Ai depois eu trabalhei em outras padarias pra adquirir experiência. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

Depois do ProJovem eu fui trabalhar na loja e já era registrada. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Eu tô trabalhando, mas não com construção civil. Tô trabalhando numa concessionária. Lavador. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

Depois do ProJovem eu fui trabalhar na loja e já era registrada. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

No último trabalho agora eu trabalhei num Pet Shop domiciliar. Lavava cachorro, secava cachorro, fazia penteado, pintava unha, essas coisas assim. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Depois do ProJovem eu não trabalhei mais. Só tô agora nessa banca de jornal. Eu comecei tem uns 2 meses, não, vai fazer uns 3 meses que eu comecei a trabalhar. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Depois do ProJovem. Eu comecei a trabalhar em 2008. Ai tava estudando ainda quando comecei a trabalhar como cozinheira mesmo. (Fabiana, 26 anos, Rocinha)

Podemos perceber com isto que alguns dos jovens entrevistados após terem cursado o ProJovem Urbano conseguiram emprego com carteira de trabalho assinada. Mas nenhum deles na área da qualificação que cursaram no Programa.

Existem aqueles que continuam a trabalhar em atividades informais. Assim, podemos dizer que ainda não é possível que estes rompam com os vínculos informais de trabalho. Depois da participação no ProJovem Urbano, 3 entrevistados continuaram trabalhando em atividades informais, 2 trabalharam com carteira assinada, e 1 trabalhou com carteira assinada e depois retornou para atividades informais. Esta questão está relacionada com as grandes transformações presentes na economia, a partir da década de 1980, que teve como consequência o aumento do desemprego, do trabalho precário, o que atinge principalmente os jovens, que são afetados pelo desemprego de longa duração (Silva, Yasbek e Giovanni, 2007).

Desta forma, a informalidade acaba figurando como a única alternativa disponível para driblarem a situação de desemprego. Mas de acordo com Lira (2006), a informalidade é apenas uma máscara que cria uma expectativa que não pode ser satisfeita, pois quanto mais inserido na informalidade, mais o trabalhador é colocado em situação de vulnerabilidade. E esta é expressa pelo fato dos trabalhadores informais “*não disporem de cobertura de seguridade nem qualquer direito trabalhista que possa ampará-los e às suas famílias em situação de afastamento temporário ou definitivo do trabalho.*” (Lira, 2006, p. 149)

E aqueles que conseguiram um trabalho de carteira assinada o conseguiram, na maioria dos casos, pela possibilidade de terem conseguido ingressar no ensino médio

Depois do ProJovem. Que eu pude colocar no meu currículo que eu já tinha completado, feito, vamos supor, o 1º grau, o ensino médio, o começo do ensino médio. Mesmo que eu colocasse cursando no meu currículo já me aceitavam. Se você colocar que você tá no ensino fundamental nenhuma loja te aceita, nenhuma loja te aceita, entendeu? Esse também foi um aspecto muito bom. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Os jovens relatam algumas mudanças que ocorreram após sua participação no ProJovem Urbano que eles elegem como positivas também para sua vida pessoal.

Uma mudança muito grande porque eu era muito preguiçosa (risos). Eu não gostava de fazer nada, só de ficar em casa, cuidando da casa, cuidando do meu marido, da minha filha. Eu não tinha esse, eu não tinha aquele senso de solidariedade. (...) Mas depois que eu comecei no ProJovem, trouxe isso pra mim, a mobilização, né? (...) Pode não me ajudar, mas vai ajudar outras pessoas e foi isso que nem começar a trabalhar lá na escola. Eu comecei lá como voluntária, não ganhava nada não, eu só trabalhava lá como voluntária. Depois o governo criou esse projeto de ajuda de custo de R\$ 100,00 pra ajudar as pessoas que são voluntários na escola. (...) (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Até mudou a forma de se comunicar com os outros, aquele respeito todo. Mas não é pela profissão é pelo que a gente aprende na escola toda. (Tatiana, 23 anos, Costa Barros)

O que eu aprendi? Ué tipo assim, quando eu for pro mercado de trabalho é assim é saber lidar com as pessoas, saber como chegar no trabalho, saber como... Se for fazer uma entrevista saber como que eu vou falar, saber usar as palavras pra poder saber conversar com as pessoas, saber preencher um currículo que for pra preencher, entendeu? Tudo isso. (Fernanda, 21 anos, Rocinha)

Devido ao que eu aprendi lá, trouxe muitos benefícios pra mim, pô. Depois que eu peguei o histórico lá e terminei o 2º grau muitas portas de emprego se abriram pra mim. Fizeram até com que eu me animasse a estudar mais. Eu não me arrependo não. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

Sim. Mudou que eu não tinha o meu ensino fundamental pra colocar no meu currículo. E o ProJovem foi a mais assim, não exatamente uma profissão que eu aprendi, não teve muita coisa prática. Mas meu currículo melhorou bastante. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

De acordo com Paiva (2009), a escola se constitui como uma das principais instituições para a integração social de qualquer sociedade, tanto para a socialização quanto para a construção da subjetivação – desenvolvimento cognitivo, proporcionando assim o status de cidadão. E isto fica bem claro a partir do relato dos entrevistados, em relação às mudanças que ocorreram após passarem pelo ProJovem Urbano. Mas mesmo assim é possível notar uma deficiência no que tange a inserção no mercado de trabalho. Por isso se faz necessário que junto com a escolarização também esteja presente políticas que possibilitem aos jovens verdadeiramente o acesso ao trabalho formal.

O desemprego juvenil, sempre mais alto do que a média do desemprego em geral, é um fenômeno presente em muitos países, fazendo com que ocorra a banalização dessa situação, tornada comum entre os jovens. Mas não deixa de constituir, uma experiência negativa e traumatizante para a maioria dos jovens. Os relatos obtidos de jovens desempregados, por Bajoit e Franssen, revelam o sentimento de culpa e de vergonha, de desvalorização social, responsável muitas vezes pela perda da identidade social e até mesmo da identidade pessoal. (Martins, 2001, p. 68)

Assim, esta questão nos faz refletir sobre qual serão as possibilidades desses jovens (e de outros que passaram pelo Programa) no que tange a garantia de seus direitos. Presenciamos durante todo este capítulo o processo de precariedade em que está inserido este Programa. E podemos dizer que desta forma ele não está fora de um contexto caracterizado pela precarização da escola pública e também do trabalho, o que coloca em xeque os direitos da juventude. É este ponto que desenvolveremos a seguir.

4.3

E como fica a garantia dos direitos a educação e ao trabalho

Neste item abordaremos a situação da garantia dos direitos no que tange à educação e ao trabalho e às políticas voltadas para a juventude. No caso específico desta pesquisa, aquela juventude filha da classe trabalhadora e moradora dos bairros de Costa Barros e Rocinha. Estes se constituem bairros pobres, com áreas de favelas e que são alvo de políticas focais. Como essas políticas voltadas para a educação e o trabalho, funcionam no dia-a-dia da população jovem destes bairros? Destacamos para tal o ProJovem Urbano.

No que tange as políticas públicas voltadas para a juventude brasileira percebemos nos últimos anos um avanço em relação à atenção dada ao grupo juvenil. Isso ocorreu bem recentemente a partir do ano de 2005 quando da criação da Política Nacional de Juventude (PNJ) que juntamente com o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) desenvolvem ações que darão suporte as demandas juvenis, lançando olhar para o jovem como sujeitos de direitos.

Porém aquilo que percebemos a partir dos sujeitos desta pesquisa que passaram pelo ProJovem Urbano é um total descompasso entre a teoria e a prática. São variados tipos de precariedades que afetam de maneira negativa a realidade dos jovens que passam por este Programa.

Além da situação precária de funcionamento do Programa em si percebemos uma falta de articulação e integração com outras políticas.

Infelizmente, esta situação não se faz presente apenas no ProJovem Urbano. Ela é perceptível nas políticas públicas brasileiras. Para Rua (1998, apud Sposito, 2003) na maneira como são executadas as políticas públicas no Brasil, são identificadas cinco regularidades, a saber: fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, ações a partir da oferta e não da demanda, e uma fragmentação entre a formulação e a decisão.

No nosso país, não é novidade as políticas que não funcionam. Pensamos num primeiro momento que isto pode ocorrer devido ao fato de que estas políticas são voltadas para atender os interesses de organismos internacionais e não da população destinatária. Com isso se continua a reproduzir a falta de qualidade. E isto se expressa a partir das privatizações e focalização dos programas sociais (Silva, Yasbek e Giovanni, 2007).

Entendemos que a construção da proteção social estatal, que remonta aos anos 1930, mostra que a regulação do Estado brasileiro, no campo das políticas sociais, tem, historicamente, se efetivado mediante programas e ações fragmentadas, eventuais, portanto descontínuas. A histórica e profunda concentração de renda decorrente dos modelos de desenvolvimento econômico adotados ao longo da construção do capitalismo industrial no Brasil e a sobre-exploração da força de trabalho vêm se aprofundando apesar da adoção de um conjunto amplo de programas sociais que são marcados por um caráter essencialmente compensatório, pouco contribuindo para amenizar as condições de pobreza de largo contingente da população brasileira. Isso ocorre apesar do volume elevado de recursos aplicados e da grande quantidade e variedade de programas (Draibe, et alii 1995; Draibe, 1990). Esse sistema tem situado, historicamente, a população beneficiária no campo do não direito ou da cidadania regulada, deslocando o espaço do direito para o terreno do mérito, além de servir como instrumento para a corrupção, demagogia, fisiologismo e clientelismo político. (Silva, Yasbek e Giovanni, 2007, p. 17)

Assim podemos afirmar que em nosso país a proteção social não esteve pautada pela cidadania e essa questão se aprofunda a partir da adoção dos ideais neoliberais. Com isso é estabelecida a parceria Estado, mercado e sociedade. Desta maneira temos um Estado cada vez mais mínimo, ocasionando políticas

públicas cada vez mais focalizadas. E por sua vez, o mercado só garante proteção aqueles que possuem emprego estável e bem remunerado.

Segundo Frigotto (2008) a questão da educação é definida no mercado e visa atender a lógica da empregabilidade, sendo esta uma exigência para que os países se ajustem ao mundo globalizado e a reestruturação produtiva que segundo sua promessa promoverá o pleno emprego. Porém, percebemos atualmente que esta promessa não está se cumprindo. Percebe-se sim um agravamento do desemprego e a intensificação da exploração do trabalho assalariado.

Essa situação se mostra bastante preocupante quando paramos para pensar no futuro destes jovens destinatários deste Programa. Quando perguntados a respeito do que esperavam do futuro, as respostas foram:

É o que eu espero pro meu futuro é isso, eu quero melhorar eu quero arrumar um emprego. Eu preciso do meu certificado porque eu quero arrumar o meu emprego e também eu quero fazer faculdade. (...) Isso um emprego de carteira assinada e eu quero fazer minha faculdade. Eu não vou desistir da minha faculdade não. (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

Pretendo fazer minha faculdade de letras, terminar meu ensino médio. Pretendo aperfeiçoar o meu inglês, num país vizinho que fala inglês aqui na América, a Guiana Inglesa. (Thiago, 23 anos, Costa Barros)

E eu quero fazer faculdade de letras e também de línguas, né? No caso inglês. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

O homem que não sonha ele não é nada. Sem expectativas, sem vontade de crescer. Porque eu quero, eu quero poder, o que eu não tive minha filha teve. Eu quero que ela possa fazer curso, que possa sair viajar. (...) Porque eu tô guardando minhas moedinhas no cofrinho pra poder ela conseguir alguma coisa no futuro. Que eu sei que o futuro é estudando. Eu não sabia, mas eu aprendi. Se eu soubesse isso antes eu acho que seria totalmente diferente. A nossa história a gente escreve, então a gente tenta, agora, né, tenta escrever depressa. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Ah, não sei. Minha meta é terminar o 2º grau e daí pra frente eu vejo a continuidade dos meus estudos. (Rodrigo, 19 anos, Costa Barros)

O que eu penso daqui pra frente é fazer mais cursos e arrumar um emprego de carteira assinada. Agora como eu tô grávida nem tem como procurar agora, esperar o neném nascer, esperar o resguardo e procurar. (Tatiana, 23 anos, Costa Barros)

Eu pretendo voltar a estudar, terminar a obra da minha casa e pretendo fazer um curso de informática. (Adriana, 31 anos, Costa Barros)

Ah meu futuro o que eu penso. Que eu penso é... Eu penso nos meus filhos. (Fernanda, 21 anos, Rocinha)

A única coisa que vem na minha cabeça é estudar e aprender aquilo que eu não aprendi. A falar corretamente, a escrever corretamente. (...) Eu quero aprender mais, eu tenho fome de aprender. (...) (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Durante sua entrevista, Simone (30 anos, moradora de Costa Barros) citou que sentia a necessidade de conseguir um bom trabalho. Perguntamos então o que ela entendia por bom trabalho:

Bom trabalho eu entendo assim você ganhar mais do que 1 salário mínimo, só pode ser bom trabalho. Bom trabalho você ganha mais de 1 salário mínimo. O que é um bom trabalho pra mim? Um bom trabalho pra mim é uma recepcionista de hotel, trabalhar com turista, trabalhar é, como se diz, casa de festas é... (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Também perguntamos a esta entrevistada se ela tinha pretensões de cursar uma faculdade:

Não. Vou te dizer assim que eu tô empurrando com a barriga, porque tá difícil, assim, eu to conseguindo? Tô conseguindo, mas assim, eu tô com muita dificuldade. Eu vou tentando vou empurrando se der pra eu ir até lá na faculdade e tudo, eu vou. Mas uma coisa de cada vez. (Simone, 30 anos, Costa Barros)

Pelos relatos podemos perceber que o futuro para estes jovens está relacionado: a busca de melhores condições para suas famílias; continuidade dos estudos seja através do ensino médio ou ingresso em universidade; e acesso a um trabalho digno.

São desejos intimamente ligados e que sempre fizeram parte das demandas juvenis, como podemos perceber a partir de dados coletados em pesquisas sobre juventude. A seguir apresentamos algumas delas.

Na pesquisa “*Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos*” (ISER, 2002), a possibilidade de terminar os estudos e não conseguir um emprego figura entre os medos presentes entre os jovens.

No relatório final da pesquisa “*Juventude Brasileira e democracia – participação, esferas e políticas públicas*” (IBASE e POLIS, 2005), a educação aparece como uma das preocupações dos jovens, por causa das precárias condições do ensino em nosso país e a dificuldade de acesso a este. A educação

também é vista pelos jovens como um passaporte para “um futuro mais estável”, daí a preocupação e a necessidade de se investir neste setor.

Já no estudo “*Adolescentes e Jovens do Brasil: participação social e política*” (UNICEF, 2007), a educação é apontada pelos jovens adolescentes entrevistados como o mais importante fator para se ter sucesso e é valorizada principalmente por aqueles jovens que conseguiram avançar nos estudos. No que tange ao trabalho, a dificuldade maior entre os jovens adolescentes está em conciliar trabalho e escola.

A partir do breve relato dos estudos acima, percebemos que educação e trabalho se constituem dimensões da vida social. E o acesso qualificado ou não ao mercado de trabalho fará diferença em relação à vida do jovem e de sua família.

E esta demanda, por direitos, apesar de figurar em várias pesquisas e também na Política Nacional de Juventude, ainda hoje se apresenta como desafio para a efetivação dos direitos da juventude. Duas jovens por nós entrevistadas percebem a falta de qualidade presente na educação brasileira e fazem uma crítica sobre este assunto.

Fui continuar. Infelizmente não parei numa escola muito boa, mas continuei, terminei o 2º grau e agora eu pretendo fazer faculdade. Se Deus quiser, né? (Juliana, 26 anos, Costa Barros)

A elite que domina sempre, é menor. E a gente que é esculachado que tem pouquinho. Já que a gente tem pouquinho porque não ajuda a gente, porque não ensina a gente a ter bastante? Porque não ensina a gente a se desenvolver? Porque não ensina essas pessoas que tão lá dentro das cadeias? Porque não ajuda a gente nas escolas? (...) duvido a minha filha com 6 anos de idade se ela tivesse no Brizolão⁵² se ela ia saber ler. (...) Mas se fosse na escola pública? Eles não ensina nada. (Mariana, 24 anos, Costa Barros)

Visualizamos no campo educativo um processo de desvalorização da escola pública. Por séculos a escola é apontada como o principal elemento para sanar as mazelas sociais da sociedade brasileira. Com o tempo a função da escola só aumentou, mas isto não foi acompanhado de atenção por parte do poder público. Além disso, como destaca Paiva (apud Telles, 2009) não houve “*investimento adequado, com redução de salários e de quadros, com reformas*

⁵² A entrevistada refere-se aos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), popularmente apelidados de Brizolões, pois foram construídos no período dos governos de Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994).

pedagógicas sucessivas e ‘modernas’ sem continuidade e sem preparo dos docentes” (p. 137).

No Brasil, a adoção do ideário neoliberal transformou ainda mais a forma de condução da educação, como também do trabalho. Em relação à educação temos a pedagogia da competência e da empregabilidade, que Frigotto (2004) aborda como uma reatualização da teoria do capital humano. Para Frigotto (2004):

(...) a tese da “empregabilidade” é falsa e cínica. Falsa porque a escola não tem, como vimos, capacidade de gerar nem garantir o emprego. Ainda mais falsa num contexto de crise endêmica de desemprego e, no caso brasileiro, de recessão. Cínica porque culpa a vítima por ser pobre e por ter baixa escolaridade e mascara a estrutura social geradora de desigualdade. (p. 211 e 212)

E num contexto como o brasileiro em que a educação apresenta qualidade deficitária, acaba não colaborando em relação à capacitação dos jovens. Não dando possibilidade para que estes se tornem realmente cidadãos participativos. O que ocorre é uma contribuição para o acirramento da desigualdade.

De acordo com Ventura (2009), o fracasso da idéia da escola como meio para a melhoria de vida, acaba causando desmotivação nos alunos, pois “*os diferentes níveis de inserção no mundo do trabalho se mostram cada vez mais inacessíveis para uma geração que convive com a insegurança e com o medo do desemprego.*” (p. 217)

Lembremos também que para a classe trabalhadora sempre foi a da disciplina do trabalho precoce e precário.

Assim como a educação, a área do trabalho também sofre transformações, e caracteriza-se por um intenso processo de precarização. Com isso, o trabalho já não garante a proteção social que garantia anteriormente. Temos assim uma erosão dos direitos e um aumento do desemprego. De acordo com Kameyama (2004):

A eliminação ou redução dos direitos trabalhistas tem uma implicação imediata: a ampliação da exclusão social, entendida como falta de acesso as garantias mínimas de saúde, educação e velhice digna. Os fenômenos atuais de exclusão não remetem as categorias antigas de exploração. Trata-se de novas formas de explicitação da “questão social”, que assume configurações e formatos inéditos, inclusive nos países desenvolvidos. (p. 21)

Então, em um contexto tão precarizado aqueles que sofrem com esses efeitos são os jovens pertencentes às classes populares. Isso fica mais evidente quando expomos os resultados desta pesquisa. O que deveria figurar como uma oportunidade acaba se apresentando como mais um programa de educação profissional que não funciona.

Diante desta questão percebemos que a adoção de políticas focais são emergencialmente necessárias, porém insuficientes (Frigotto, 2004). Pois estas atacam somente de forma superficial os problemas gerados pela desigualdade.

Assim, Frigotto (2004) apresenta a proposta das políticas emancipatórias e distributivas.

Uma política que atue na dilatação do fundo público, com amplo controle democrático, mediante impostos progressivos, taxação das grandes fortunas e do capital financeiro, pode permitir, no curto prazo, tirar 6 milhões de jovens e crianças do mercado de trabalho – no qual foram inseridos precocemente e que se encontram fora da escola. Isso lhes garantiria o direito da escolaridade básica (ensino fundamental e médio) no tempo adequado e, num contexto de desemprego endêmico, abriria vagas para adultos. (p. 206)

Em relação às políticas distributivas, estas estariam voltadas para os jovens que abandonaram a escola e estão trabalhando ou buscando emprego. A eles seria oferecido o incentivo da bolsa de estudos para que os jovens voltem a estudar.

Essa direção de política pública, levando-se em conta as particularidades dos diferentes grupos de jovens, pode garantir uma educação básica que faculte aos jovens a base de conhecimentos que lhes permitam analisar e compreender o mundo da natureza, das coisas, e o mundo humano, social, político, cultural, estético e artístico. Haverá então a formação de um jovem “técnico dirigente”, sujeito autônomo e protagonista de cidadania ativa, e não reduzido a um “cidadão produtivo” explorado, obediente, despolitizado e que faça “bem-feito” o que o mercado determina. (Frigotto, 2004, p. 212 e 213)

Em relação às políticas de educação profissional se faz necessário um controle por parte do governo da qualidade dos cursos nas diferentes instituições, sejam estes com recursos públicos ou não. Além disso, é importante avaliar em que medida estes programas promovem a inclusão social do público beneficiário. Se for possível inseri-los no mercado de trabalho qual é a repercussão disso em sua vida (Velasco, 2006). Podendo realmente ser possível que esta qualificação promova o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Por isso, é importante refletir sobre o assunto. Desde o início na formulação das políticas públicas deve-se ter em mente que os beneficiários destas são seres humanos, que sofrem diariamente todo tipo de privação e que quando vão em busca destas políticas e porque têm direito e precisam de algo melhor para si e para suas famílias. E o mínimo que merecem é respeito e a garantia dos seus direitos. Assim é que devem se pautar as políticas no respeito ao protagonismo dos jovens, dando-lhes condições para que estes realmente conquistem a sua emancipação e não fiquem tutelados para o resto da vida. Tornando-se assim verdadeiros cidadãos, com seus direitos garantidos e com possibilidade de participação na sociedade.